

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 23 de agosto de 2023 às 08h24*  
*Seleção de Notícias*

## Correio Braziliense - Online | BR

Pirataria

**Perdas fiscais devido ao contrabando no Brasil são o dobro da América Latina . . . . . 3**  
ROSANA HESSEL

Pirataria

**Ampliar a tributação do cigarro pode estimular o mercado ilegal e contrabando . . . . . 4**  
HENRIQUE LESSA

## Consultor Jurídico | BR

ABPI

**Congresso mundial de propriedade intelectual chega ao fim no Rio . . . . . 5**

## Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

**A importância do registro de marcas como ferramenta estratégica . . . . . 6**

Pirataria

**Inteligência artificial vai substituir o perito? . . . . . 9**

Propriedade Intelectual

**MIGALHAS nº 5.670 . . . . . 11**  
AMANHECIDAS

## Teletime News | SP

Pirataria

**Contra pirataria, Anatel faz pressão sobre grandes plataformas digitais . . . . . 19**

## Perdas fiscais devido ao contrabando no Brasil são o dobro da América Latina

O contrabando e o mercado ilegal registrou perdas no país de, pelo menos, R\$ 410 bilhões em 2022, de acordo com o Fórum Nacional Contra a Ilegalidade (FNCP). O montante equivale a 4% do Produto Interno Bruto (PIB), o dobro da média dos países da América Latina. O combate a essas perdas para as empresas e para a arrecadação do erário - que considerando os 14 setores pesquisados chega a R\$ 130 bilhões pelas estimativas conservadoras - é tema de debate realizado nesta terça-feira (22/8), pelo Correio Braziliense em parceria com o Fórum, na sede do jornal, em Brasília.

"Estamos com algo em torno de 4% de participação do PIB na ilegalidade. Qualquer política pública tem que considerar isso. A média latino-americana é de 2% do PIB", ressaltou o presidente do FNCP, Edson Vismona, durante o painel de abertura do seminário Correio Debate: Reforma Tributária, uma oportunidade para o combate ao mercado ilegal. "Somos um grande mercado para o legal e para o ilegal", ressaltou.

De acordo com os dados do Fórum, desde o início do levantamento, em 2014, houve um crescimento de 300% no volume de perdas do setor. No primeiro ano do estudo, os prejuízos para as empresas e os cofres públicos somaram R\$ 100 bilhões. "É um crescimento absurdo que nenhum setor produtivo teve essa evolução", destacou Vismona.

Durante a abertura, ele lembrou que os dados são conservadores e, portanto, podem ser muito maiores porque considera uma média de impostos em torno de 46%. Ele ainda defendeu que os debates da reforma tributária, que está tramitando no Congresso Nacional, precisam considerar essa questão, pois, se houver aumento de carga tributária, o incentivo à **pirataria** e ao contrabando será maior.

O seminário do Correio é transmitido pelas redes sociais do jornal e conta com dois painéis. Acompanhe aqui.

## Ampliar a tributação do cigarro pode estimular o mercado ilegal e contrabando

A implementação do imposto seletivo com a ampliação da taxa sobre o cigarro força a ampliação do contrabando e comércio irregular de cigarro no país, aponta o economista e pesquisador da economia do crime Pery Shikida. A conclusão é fruto de um estudo de Shikida que analisou a relação entre arrecadação e a ampliação do comércio ilegal de tabaco no país nos últimos anos, desde a implementação de políticas de combate ao tabaco.

O pesquisador, que falou durante o seminário Correio Debate - Reforma Tributária: Uma oportunidade para combater o mercado ilegal, na manhã desta terça-feira (22/08), apontou, que, hoje, o vizinho Paraguai envia 95% da sua produção através do contrabando para o Brasil.

"Paraguai consome apenas 3% dos cigarros é exportada legalmente apenas 2%, o resto é contrabandeado no Brasil. São 65 bilhões de cigarros contrabandeados sem pagar impostos e com um efeito perverso para toda a sociedade", apontou o economista.

Shikida apontou que enquanto o cigarro no Brasil já paga entre 70% e 90% de imposto enquanto no Paraguai a tributação gira na ordem de 13% o que faz o contrabando do produto ainda mais lucrativo aos criminosos.

Segundo o economista, como há um mercado secundário de cigarro, esse mercado apresenta um com-

portamento elástico, ou seja, com a ampliação da tributação há uma redução do consumo legal do produto o que gera a diminuição da arrecadação de tributos, mas pode não gerar os efeitos da política pública de reduzir o consumo desses produtos prejudiciais à saúde. "Se o governo queria diminuir o consumo e arrecadar mais, o tiro saiu pela culatra", comentou o economista.

Shikida também apontou que além do cigarro, medicamentos e agroquímicos estão entre alguns dos produtos que tem uma grande participação no mercado ilegal e que podem ter efeitos ainda mais nocivos à sociedade pela falta de controle e regulação dos produtos consumidos.

Para o economista, o país precisa atuar não apenas no combate ao contrabando nas fronteiras, mas poderia experimentar por um prazo uma redução da tributação desses produtos que tem alternativas ilegais muito mais baratas. Segundo ele isso poderia ampliar a arrecadação e, no caso do cigarro, isso não alteraria o consumo já que o produto já está disponível no mercado ilegal.

O seminário Correio Debate - Reforma Tributária: Uma oportunidade para combater o mercado ilegal, é feito em parceria com Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP) e transmitido pelas redes sociais do jornal e conta com dois painéis. Acompanhe aqui.

## Congresso mundial de propriedade intelectual chega ao fim no Rio

Nesta terça-feira (22/8), chegará ao fim o 43º Congresso Internacional da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (**ABPI**), evento que teve início no domingo (20/8) e reúne no Rio de Janeiro grandes nomes mundiais da propriedade intelectual.

A estrategista de tecnologia Crystal Washington é um dos destaques do evento

Uma das estrelas do evento é a executiva Kathi Vidal, número um na cadeia de comando do United States

Patent and Trademark Office (USPTO), o segundo maior escritório mundial de pedidos de patentes. Outro grande nome do congresso é a estrategista de tecnologia Crystal Washington, eleita pela revista Forbes uma das principais "futuristas" do mundo.

O congresso da **ABPI**, entidade que neste ano completa seis décadas de existência, conta com palestras de especialistas em propriedade intelectual dos Estados Unidos, da União Europeia e do governo brasileiro.

## A importância do registro de marcas como ferramenta estratégica

A importância do registro de marcas como ferramenta estratégica para o crescimento de empresas Victor Tales A elaboração de uma marca efetiva, atrelada à sua gestão e o adequado registro, podem ser o fator decisivo que falta para muitos empreendedores se solidificarem e, desta forma, continuarem contribuindo ainda mais para o desenvolvimento econômico do país. terça-feira, 22 de agosto de 2023 Atualizado às 14:37 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Ao decidir se posicionar no mercado e assim conquistar a confiança dos clientes, as empresas investem em vários recursos, dentre eles a marca, um bem imaterial e que pode vir a ser o ativo mais valioso de um negócio. Segundo o artigo 122 da Lei de Propriedade Industrial - Lei 9.279 (LPI), a marca é um sinal distintivo visualmente perceptível que irá diferenciar uma empresa das demais concorrentes de um mesmo segmento. Ocorre que, não obstante o valor deste ativo imaterial superar ao do ativo material em frequentes ocasiões, fazer o devido registro de suas marcas nem sempre retém a adequada atenção dos empreendedores.

Uma pesquisa feita pelo Sebrae em 2020 demonstrou que as micro e pequenas empresas constituem 27% do PIB do Brasil, e em 2021 cerca de 80% dos CNPJs abertos foram de pequenos e médios empreendedores. Desta forma, pode-se inferir que empreender já é um ato comum entre os brasileiros, por outro lado, a elevada taxa de empreendedorismo local não condiz com o número de pedidos de registro de marcas.

Diante desse cenário, os pequenos e médios negócios, se afirmam como operadores de grande importância na economia do país, devendo serem estimulados para sua consolidação no mercado. Para tanto, a proteção do seu negócio através do registro da marca são requisitos essenciais para a expansão do

negócio e mitigar riscos ligados a titularidade do signo, prevenindo até a própria falência do negócio.

Uma pesquisa realizada pelo **INPI** sobre as marcas de produtos e serviços para as pequenas e médias empresas, verificou os motivos pelos quais o registro de marcas é tão significativo para a construção de uma marca sólida, dentre os motivos, ressalta-se a relevância do registro por:

- i) configurar o recurso fundamental nas transações de franquia e licenciamento de marcas,
- ii) assegurar o licenciamento das marcas e prover uma renda direta por meio dos royalties,
- iii) possibilitar auxiliar a exploração de financiamento e absorção de recursos,
- iv) importar para transações e base para estabelecimento da imagem e renome de uma categoria de produtos e serviços no mercado,
- v) garantir o ativo mais valioso da empresa.

A partir de uma perspectiva mercadológica, destacam-se as vantagens resultantes da marca, ressaltando as prerrogativas proporcionadas tanto para o dono do negócio quanto para o revendedor e usuários, serão elas:

Consolidação do propósito da empresa perante o que se ela se propõe relativo a missão e concepção.

Inovação na confecção de estratégias para preservar a continuidade da comercialização e prestação de serviço com o mesmo padrão de qualidade e originalidade.

Segurança na atuação, em casos de colisão com marcas iguais ou parecidas.

Continuação: A importância do registro de marcas como ferramenta estratégica

Protege a singularidade do produto, limitando o risco de ser copiado pelos concorrentes;

Facilita a identificação do produto/serviço pelo consumidor satisfeito, aumentando as chances de fidelização do cliente.

Ser possível remeter a marca a um conceito positivo pelos consumidores atrelado aos atributos de qualidade e de reconhecimento de inovação pelos consumidores impulsionando ganhos em desfavor dos concorrentes.

Com base neste cenário, percebe-se que atualmente não basta apenas ter o produto em comercialização ou serviços para executar, existem outros fatores e noções impostos pelo mercado que configuram uma nova base de relação entre o empreendedorismo e a forma de consumo da sociedade e que acarretam ganhos para as pequenas e médias empresas em relação a preservação e aumento do valor do seu negócio no mercado.

Diante do exposto, pontua-se que a elaboração de uma marca efetiva, atrelada à sua gestão e o adequado registro, podem ser o fator decisivo que falta para muitos empreendedores se solidificarem e, desta forma, continuarem contribuindo ainda mais para o desenvolvimento econômico do país.

---

BRASIL. LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial., Brasília, DF, jun 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm). Acesso em: 5 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. Indicadores de Propriedade Industrial 2017. Disponível em: [http://www.inpi.gov.br/sobre/estatisticas/arquivos/indicadores\\_pii\\_indicadores-de-propriedadeindustrial-2017\\_versao\\_portal.pdf](http://www.inpi.gov.br/sobre/estatisticas/arquivos/indicadores_pii_indicadores-de-propriedadeindustrial-2017_versao_portal.pdf). Acesso em: 5 jun 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. Relatório de Atividades INPI 2017. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/sobre/estatisticas>. Acesso em: 5 jun 2023.

NASCIMENTO, Rosa L. L. do; GOMES, Iracema M. de A.; MATTOS, Raoni de. Análise custo-benefício do registro de marcas pelas pequenas e médias empresas. Portal de Periódicos Eletrônicos da UFBA, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/view/11771>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Departamento Nacional). Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. 2020. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Departamento Nacional). Brasil alcança recorde de novos negócios, com quase 4 milhões de MPE. 2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ma/noticias/brasil-alcanca-recorde-de-novos-negocios-com-quase-4-milhoes-de-mpe,b7e02a013f80f710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 5 jun. 2023.

Continuação: A importância do registro de marcas como ferramenta estratégica

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Departamento Nacional). Razões para registrar uma marca. 2016. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/razoes-para-registrar-uma-marca,fc3a634e2ca62410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 5 jun. 2023.

Intelectual pela **WIPO** e Pós Graduado em Direito Digital pela EBRADI. É fundador da empresa Digital Jurídico Registro de **Marcas** e do escritório CPB Advogados.

Victor Tales Advogado especialista em Propriedade



## Inteligência artificial vai substituir o perito?

Inteligência artificial vai substituir o perito? Natalia S. Moraes A IA pode identificar padrões e características, mas muitas vezes carece da capacidade de interpretar nuances e sutilezas que um perito grafotécnico humano pode discernir. terça-feira, 22 de agosto de 2023 Atualizado às 09:37 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A questão de se a inteligência artificial (IA) pode substituir completamente o trabalho de um perito grafotécnico é um tema complexo e altamente debatido. Embora a IA tenha avançado significativamente nas últimas décadas e continue a evoluir, há várias razões pelas quais é improvável que ela substitua completamente a expertise de um perito grafotécnico. Aqui estão algumas razões-chave:

**Contexto e interpretação humana:** A análise de documentos questionados, como assinaturas e escrita à mão, muitas vezes exige uma compreensão profunda do contexto e da intenção por trás do ato de escrever. A IA pode identificar padrões e características, mas muitas vezes carece da capacidade de interpretar nuances e sutilezas que um perito grafotécnico humano pode discernir. Isso inclui fatores como a pressão da caneta, o estado emocional do escritor e o propósito da escrita.

**Adaptação a novas técnicas:** A escrita fraudulenta está em constante evolução, com falsificadores desenvolvendo novas técnicas para enganar sistemas de segurança. Os peritos grafotécnicos humanos são capazes de se adaptar a essas mudanças, aprendendo e aplicando novos métodos de detecção. A IA requer treinamento constante e atualizações para acompanhar as tendências em **falsificação**, o que pode ser um processo demorado e custoso.

**Coleta de evidências:** Além da análise puramente gráfica, os peritos grafotécnicos também podem coletar evidências e depoimentos de testemunhas para apoiar suas conclusões. Eles são frequentemente chamados a depor em tribunal como especialistas. A IA não possui a capacidade de investigar ativamente, entrevistar testemunhas ou apresentar seu caso em um tribunal.

**Variedade de casos:** Os peritos grafotécnicos podem lidar com uma ampla variedade de casos, desde a verificação de assinaturas em documentos legais até a investigação de documentos questionados em casos criminais. Cada caso é único e pode exigir abordagens diferentes. A IA pode ser eficaz em casos simples, mas pode enfrentar dificuldades em casos mais complexos que exigem um alto nível de discernimento humano.

**Ética e responsabilidade:** A decisão de autenticar ou não os documentos é uma responsabilidade séria que pode ter implicações legais significativas. Os peritos grafotécnicos são treinados para operar de acordo com padrões éticos rigorosos, enquanto a IA pode apresentar desafios em relação à responsabilidade e ao viés, especialmente se os dados usados para treiná-la forem tendenciosos.

**Complementaridade da IA:** Embora a IA possa ser uma ferramenta valiosa para peritos grafotécnicos, ajudando a automatizar tarefas repetitivas e identificar padrões iniciais, ela é mais eficaz quando usada como uma ferramenta complementar à experiência humana, em vez de uma substituição completa.

Em resumo, embora a IA tenha avançado consideravelmente na área de análise de documentos, a

Continuação: Inteligência artificial vai substituir o perito?

complexidade, interpretação contextual e a natureza em constante evolução da **falsificação** escrita tornam improvável que a inteligência artificial substitua inteiramente o perito grafotécnico. A expertise humana, o julgamento e a habilidade de adaptação continuam sendo cruciais para a determinação pre-

cisa da autenticidade de documentos questionados.

Natalia S. Moraes Perita Grafotécnica certificada em Grafoscopia e Documentoscopia, Copywriting e Assistência Técnica Judicial em Grafoscopia.

## MIGALHAS nº 5.670

### AMANHECIDAS

Terça-Feira, 22 de agosto de 2023 - Migalhas nº 5.670.

Fechamento às 10h47.

"As ideias querem-se festejadas, quando são belas, e examinadas, quando novas."

Machado de Assis

Dispensável

STF julgou constitucional disposição do CNJ que prevê a facultatividade de representação por advogado ou defensor público nos CEJUSCs - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. ()

Indispensável

Conselho Pleno da OAB decidiu apresentar uma proposta de PL para tornar indispensável a presença do advogado nos processos que tramitam perante os Juizados Especiais Federais. ()

Dispensável - II

Acerca do tema acima, em 2007, o STF decidiu que nas causas de competência dos Juizados Especiais Cíveis da Justiça Federal, as partes poderão atuar sem a constituição de advogados. Na ocasião, ministros consideraram constitucional o art. 10 da lei 10.259/01. ()

Desistência

Para a 3ª turma do STJ, é possível propor na Justiça comum a mesma ação que foi extinta no Juizado Especial, sem resolução de mérito, devido à desistência do autor. Segundo o colegiado, a atitude do autor que desiste da ação para ajuizá-la na Justiça comum não caracteriza má-fé processual, mas uma opção legítima pelo rito processual mais completo. ()

Lei de improbidade

STF rejeitou pedidos do PMN - Partido da Mobilização Nacional contra 13 artigos da lei de improbidade administrativa de 1992. ()

Foi golpe?

TRF da 1ª região mantém arquivamento de ação de improbidade contra Dilma Rousseff e outros integrantes do governo da ex-presidente no caso das "pedaladas fiscais". ()

Ofensa contra LGBTQIA+

STF decidiu que ofensas contra a comunidade LGBTQIA+ podem ser reconhecidas como crime de injúria racial. Em 2019, a Corte entendeu que deve ser aplicada a lei do racismo para atos de homofobia e transfobia. ()

Injúria racial e racismo

No início de janeiro, foi sancionada a lei 14.532/23, que equipara o crime de injúria racial ao de racismo e amplia as penas. ()

Lei Maria da Penha

STF garantiu a continuidade de ações penais nos casos em que a vítima de violência doméstica não comparecer à audiência de retratação. O Supremo também proibiu que as audiências de aval a acusações nestes casos sejam de ofício, podendo ocorrer, apenas, por pedido das vítimas. ()

Follow the money

Nova vista suspendeu a análise, pelo STF, de ação contra decisões da Justiça do Trabalho que, nas condenações por danos morais coletivos em ações civis públicas, deram aos valores recolhidos destinação

supostamente diversa da prevista em lei. O pedido de vista do ministro Fux já é o terceiro desde que a ação começou a ser julgada. ()

## Depósitos judiciais - Precatórios

Ministro Alexandre de Moraes pediu vista e suspendeu julgamento de ações em que OAB e AMB questionam lei sobre a utilização de depósitos judiciais e administrativos para o pagamento de precatórios. O objetivo das entidades é assegurar que esses recursos sejam transferidos diretamente às contas para pagamento de precatórios. Até o momento, há quatro votos para julgar improcedentes os pedidos. ()

## Justiça gratuita

3ª turma do STJ entendeu que o benefício da gratuidade da justiça não engloba os emolumentos cobrados pelas juntas comerciais para a emissão de certidões de atos constitutivos das sociedades empresárias. ()

## Fusões verticais e conglomerais

Recentemente, a superintendência-geral do Cade publicou, para consulta pública, versão preliminar do chamado "Guia V+", documento consolidado com melhores práticas e procedimentos usualmente adotados na análise prévia de operações de fusão, aquisição e joint-venture que envolvem empresas com atuação em distintos elos da cadeia produtiva. Amanda Athayde (Pinheiro Neto Advogados) inicia uma série de artigos sobre o tema. ()

## Notificação

Senacon deu prazo de dois dias para que a 123 Milhas apresente esclarecimentos sobre a suspensão da execução de pacotes promocionais. ()

## Viagens canceladas

Migalhas ouviu especialistas para entender quais são os direitos dos consumidores lesados e o que fazer em caso de viagem cancelada pela 123 Milhas. Confira. ()

## Entrevista

Éder Siqueira, advogado que sustentou no início deste mês pela primeira vez no STJ, contou como se sentiu após ter sido tranquilizado pelos ministros ao dizer que é gago. Veja a entrevista, .

## Biometria

Após apresentar assinatura por biometria, juíza do TJ/AM determinou que banco não indenize cliente que alegou desconhecer débitos oriundos de contratação de seguro. Para magistrada, a assinatura digital prova a legalidade do contrato firmado. ()

## Amazonprev

STF invalidou lei do Amazonas que criou cargo de advogado público da Amazonprev - Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Segundo o colegiado, "o exercício da atividade de representação judicial e de consultoria jurídica no âmbito dos Estados e do DF é de competência exclusiva dos procuradores do Estado". Veja tese fixada. ()

## Vínculo negado

Juíza de SP não reconheceu o vínculo de emprego pleiteado por um correspondente bancário em face do BV. Magistrada considerou que não existem os elementos da relação e nem irregularidades no contrato. ()

## Sem dolo

Pesquisadora denunciada por calúnia, após acusar publicamente colega de plágio em trabalho acadêmico, foi absolvida por magistrado da 4ª vara Criminal de Campinas/SP. De acordo com a decisão,

não houve dolo na acusação de plágio feita pela pesquisadora. ()

## Responsabilidade

Uber é solidariamente responsável por acidente causado por motorista cadastrado na plataforma. Decisão é da 3ª turma Cível do TJ/DF. ()

## Ações

OAB aprovou ontem provimento que padroniza ações da entidade perante Conselhos Nacionais de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho e do MP. Entre os pontos aprovados está o que define a competência exclusiva do Conselho Federal para postular no âmbito dos conselhos nacionais nos procedimentos que envolvam membros e atos administrativos dos Tribunais Superiores e dos tribunais Federais com competência territorial que abranja mais de um Estado da Federação. ()

## Afastamento cautelar

CNJ abre PAD contra juíza de Florianópolis por negligência em soltura de acusada. De acordo com a apuração, magistrada manteve mulher presa desnecessariamente por aproximados dez dias, mesmo já liberada por ordem judicial. ()

## Colunas

### Migalhas Infância e Juventude

O combate ao abuso sexual infantil em meio virtual é tema abordado pelo juiz de Direito Hugo Gomes Zaher e pela assessora Isabella Oliveira Lira. ()

### Direitos Humanos em pauta

No último dia 17, a líder quilombola Bernadete Pacífico, de 72 anos, foi morta a tiros na Bahia. Para Silvia Souza, a incúria do Estado brasileiro no caso salta aos olhos. ()

## Migalhas de Responsabilidade Civil

Professor José Luiz de Moura Faleiros Júnior trata do ChatGPT e de outros modelos de linguagem de larga escala e os desafios para a responsabilidade civil. ()

## Insolvência em foco

Uma crítica à utilização do princípio da unicidade nos crimes de insolvência, por Márcio Souza Guimarães e Juan Luiz Souza Vazquez. ()

## Registralhas

O art. 176-A da lei dos registros públicos, que dispõe sobre a abertura de matrícula para situações de aquisição originária da propriedade imobiliária, teve nova redação pela recente lei 14.620/23. Vitor Frederico Kumpel e Natália Sóller analisam o histórico da norma e pontuam os efeitos da atual redação em vigor. ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

## Migalhas de peso

- "Incidência de IRPJ/CSLL sobre os juros moratórios pagos em decorrência de inadimplemento contratual", por Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados). ()

- "Autonomia privada coletiva: Pressuposto de negociação válida", por Paulo Sergio João (Paulo Sergio João Advogados). ()

- "O notário nas ordenações filipinas", por Andre Ribeiro Jeremias (20º Tabelião de Notas da Capital). ()

- "Ainda a tributação de pessoas físicas por rendas auferidas no exterior", por Fábio Soares Maia Vieira de Souza (Braga & Garbelotti - Consultores e Advogados). ()

- "Regulamentação da inteligência artificial: Um passo necessário para um futuro seguro", por Alexandre Almeida da Silva (Jacó Coelho Advogados). ( )

- "OVNIs ou causas trabalhistas: Nenhuma verdade é absoluta", por Paulo Peressin (Lefosse Advogados). ( )

- "Aposentadoria especial e a cobrança ilegal dos riscos ambientais do trabalho efetuadas pela Receita Federal", por Ana Paula Oriola de Raeffray e Franco Mauro Russo Brugioni (Raeffray Brugioni Sociedade de Advogados). ( )

- "Da visão antropocêntrica ao direito à vida dos seres sencientes", por Ana Carolina Arantes de Souza Faria, advogada. ( )

- "Emaranhado jurídico: A árdua batalha pela defesa dos mutuários nos tribunais da confusão entre a nulidade", por Romeu Fernando Carvalho de Souza (Camerj - Central de Atendimento aos Mutuários do Estado do Rio de Janeiro). ( )

- "Como funciona e quando utilizar a ação popular nos concursos?", por Agnaldo Bastos (Agnaldo Bastos Advocacia Especializada). ( )

- "A Política Nacional de Educação Digital e o combate à desinformação no Brasil", por Marina Giovanetti Lili Lucena, Karla Susiane dos Santos Pereira, Francisco Cavalcante de Sousa e João Paulo Borba Maranhão (Legal Grounds Institute). ( )

- "O caso Rolex e as conseqüências administrativas e criminais", por Ricardo Henrique Araújo Pinheiro (Araújo Pinheiro Advocacia). ( )

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Comemoração

Cavalcante de Moura & Carmona de Lima Sociedade de Advogados completa 18 anos e anuncia a reformulação da marca, do site, e a contratação das novas sócias Maria Aparecida de Sino Reto, Nicole Assanti e Victória Elisa de Souza Gomes. ( )

Mercado de Capitais

Eduardo Herszkowicz é o novo sócio do grupo Transacional de Trench Rossi Watanabe. ( )

Direito Tributário

Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados anuncia a tributarista Livia De Carli Germano como nova sócia. ( )

Baú migalheiro

Há 76 anos, em 22 de agosto de 1947, a Universidade Católica de São Paulo recebeu o título de "pontifícia" pelo Papa Pio XII. (Compartilhe)

Sorteio

Na obra "Ministério Público de Garantias: a necessária separação entre investigação e acusação", da Editora Fórum, o autor Robson Martins se dedicou a estudar as atribuições do Ministério Público, voltando-se especificamente para a seara penal. O livro é cortesia do autor. Participe do sorteio! ( )

Novidades

Pedro Marcos Nunes Barbosa, sócio titular de Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, é coordenador do livro "Direito Processual da **Propriedade** Intelectual", que será lançado amanhã em Brasília. A obra conta com capítulos dos sócios da banca Pedro Marcos Nunes Barbosa, Livia Barboza Maia, Raul Murad e Bernardo Brauer. Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação - CEPI da FGV Direito SP promove, dia 31/8, das 8h30 às 12h, em sua sede, o lançamento dos re-

sultados da pesquisa "Formando a advocacia do presente e do futuro: habilidades e perspectivas de atuação". Os resultados incluem dados obtidos por meio de um survey em 400 escritórios de advocacia distribuídos por todo o país e realização de entrevistas com especialistas de diferentes atuações dentro do ecossistema jurídico. ()

A obra "Responsabilidade Civil Médica e Inteligência Artificial", da Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, de autoria de Rafaella Nogaroli, traz respostas às principais questões relacionadas à responsabilidade civil médica em sistemas de Inteligência Artificial. ()

## Migalhíssimas

André Marsiglia (Lourival Advogados) ministra hoje aula exclusiva para alunos da 7ª edição do curso online "Música Copyright & Tecnologia" sobre "**Direito** Autorais e de Imagem na Jurisprudência do Conar". O programa "Covac 10" de hoje, apresentado pelo sócio do escritório Covac - Sociedade de Advogados, José Roberto Covac, será sobre o "Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Fundo Garantidor". O programa é semanal e pode ser assistido gratuitamente no canal do YouTube () e do Instagram (). Hoje, às 19h, João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho, sócio do escritório João Bosco Filho Advogados, ministra aula magna para alunos do curso de Direito da Universidade Iguazu (UNIG). Advogada e head de Gestão e Inovação do escritório RMS Advogados - Rocha, Marinho E Sales, Bárbara Gondim da Rocha, e a líder de Legal Operations Mariana Figueirêdo estarão até dia 24/8 em Orlando/EUA, participando da "ILTACON 2023". Hoje, Bárbara participará do painel "It's Never Too Late to Change What You Want to Do When You Grow Up!", no qual discorrerá sobre a criação de novas carreiras na advocacia. Mariana, que é membro do Comitê de Planejamento da ILTACON, é responsável pela coordenação de duas palestras educacionais: "Use it or lose it - How to drive adoption of new eDiscovery and Practice Support tools" e "Li-

tigation Support Roundtable - The Privilege and Publicity Edition". () Licks Attorneys, em parceria com a instituição COPPE/UFRJ, realiza amanhã, das 9 às 13h, o "I Seminário sobre a Proteção da Inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação". () Machado Meyer Advogados promove amanhã, às 9h, o último encontro da série "Impactos da Reforma Tributária nos Diversos Setores da Economia". No webinar "Reforma Tributária e o Setor de varejo e novas tecnologias", os sócios André Menon e Camila Galvão, da área de Tributário, recebem Letícia Menegassi Borges, Dispute Resolution Specialist no MercadoLivre, para discutir os pontos que precisam de maior definição e possíveis efeitos das propostas atuais para o desenvolvimento da economia digital e os impactos no setor do varejo. Mais informações e inscrições, . Ana Tereza Basilio, sócia da banca Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ, faz amanhã, às 9h, a abertura do evento gratuito "Reperto-Industrialização: Questões práticas federais e estaduais", promovido pelas comissões de Direito Aduaneiro e Comissão Especial de Assuntos Tributários e que acontecerá no Salão Nobre Antonio Modesto da Silveira. Amanhã, às 19h, a Comissão de Direito Tributário da OAB de Santo André, que tem como vice-presidente Alexandre Pantoja (Alexandre Pantoja Advocacia), realiza palestra e reunião aberta sobre "Análise da Incidência do ITBI nas Incorporações Imobiliárias". O palestrante é o advogado Cauê Cruz Rodrigues. () Dia 24/8, a sócia da área de Direito Tributário do escritório BMA Advogados, Vivian Casanova, participará do "6º Congresso Ibradim", no WTC - World Trade Center, em SP. No painel sobre os "Impactos Recentes no Direito Imobiliário", a advogada tratará da reforma tributária para o setor imobiliário e outros aspectos fiscais vinculados aos demais temas do painel, como a nova lei 14.620/23. () Advogado e presidente da Digital Law Academy, Coriolano de Almeida Camargo participará, dia 24/8, às 14h, no auditório Antonio Cortazzo do IPEM, em SP, da conferência "Avanços e Jornada a Perseguir Pós Advento da Lei Anticorrupção no Brasil". () Rodrigo Fragoso, do escritório Fragoso Advogados, participa, dia 25/8, em



Brasília, do "XI Congresso Jurídico de Saúde Suplementar". O advogado debate no painel 2 os "Aspectos jurídicos de fraudes, abusos, desperdícios e inteligência artificial", que contará com a presença do desembargador Renato Dresch (TJ/MG) e, como palestrantes, o ministro Antonio Saldanha e o professor Clemente Nobrega. () Osmar Paixão, da banca Paixão Côrtes e Advogados Associados, proferirá palestra sobre "Cooperação judiciária em processos estruturais", no "Encontro Nacional de Magistrados de cooperação", dia 28/8, no CNJ, em Brasília. () Corregedoria Geral da Justiça do Estado do RJ realizará uma "Audiência Pública" com o tema "Estudo de Produtividade Média Apurada dos Servidores das unidades de Primeiro Grau de Jurisdição", dia 1º/9, das 11 às 13h e das 14 às 16h. Joaquim Muniz (Trench Rossi Watanabe) é um dos coordenadores do "Curso Prático de **Arbitragem** Comercial", que acontece de 21/9 a 16/11. () Comissão de Disciplina e **Arbitragem** da FCI, com sede na Bélgica, elegeu um brasileiro para sua nova composição. Diretor Jurídico da CBKC, Renato Almada (Chiarottino & Nicoletti Advogados) foi eleito por aclamação ontem, durante a "Assembleia Geral da Fédération Cynologique Internationale - FCI", realizada em Genebra/Suíça. Eduardo Silveira e Lyvia Domingues, advogados do escritório Newton Silveira, Wilson Silveira e Associados - Advogados, participaram da comemoração dos 40 anos da **ASPI** - Associação Paulista da **Propriedade** Intelectual, dia 16/8, em SP. A associação teve, como fundadores, Wilson e Newton Silveira. Newton foi presidente e membro do Conselho nato da Associação. Eduardo foi diretor da Associação por quase duas décadas. Eduardo também participou da comemoração dos 75 anos da **ABAPI** - Associação Brasileira dos Agentes da **Propriedade** Industrial, da qual é vice-presidente, dia 18/8, no RJ. Battaglia & Pedrosa Advogados participou da "Festa da Advocacia da OAB Sorocaba", em comemoração ao Dia do Advogado, celebrado em 11/8. () Ana Tereza Basilio recebeu, na Câmara Municipal do RJ, a "Moção de Reconhecimento e Aplausos" por atuar na luta contra o racismo e pela democratização do Direito e da Justiça. Thaís Mar-

çal, sócia do escritório Motta Fernandes Advogados, foi nomeada no grupo de especialistas em Direito Administrativo e do Trabalho que discutirá atualização da legislação que rege as relações de trabalho na administração pública federal civil. A iniciativa é do ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. () Academia Brasileira de Letras Jurídicas realiza eleição com única candidata, Heloisa Helena Barbosa, professora titular de Direito Civil e Diretora da Faculdade de Direito da UERJ.

## Registros Públicos

Acontece hoje, às 18h30, a live gratuita "SERP - Alterações nos Registros Públicos", promovida pelo Grupo Gen - Editoras Forense, Método e Atlas. ()

## Personalidade jurídica

Grupo de Pesquisa CPC Democracia e Sociedade da PUC-SP promove, amanhã, às 11h, o seminário online e gratuito "Aspectos Polêmicos da Desconsideração da Personalidade Jurídica". ()

## Encontro

De 24 a 26/8, em Campos do Jordão, AASP realiza o "14º Encontro Anual". A programação abrange uma variedade de painéis e sessões de discussão, incluindo uma plenária sobre Direito Imobiliário e a influência das plataformas digitais, bem como diálogos sobre advocacia e Tribunais Superiores. ()

## Semana Jurídica

Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo promove a "23ª Edição da Semana Jurídica". O evento acontece na faculdade até 25/8 e conta com uma programação diversificada. ()

## Direito Previdenciário

OAB/SP, por meio de sua Comissão de Direito Previdenciário em parceria com a Procuradoria Re-



gional Federal, realiza o "Mutirão Previdenciário". As inscrições podem se feitas até dia 25/8. ()

## Reforma Trabalhista

Grupo de Pesquisas Trabalho e Desenvolvimento da FGV Direito SP realiza, dia 28/8, às 14h, o webinar gratuito "De que reforma trabalhista precisamos?". ()

## Inteligência Artificial

Ferramenta desenvolvida pela Deep Legal, que utiliza Inteligência Artificial Generativa do ChatGPT para captura de iniciais e leitura de petições, será lançada, dia 31/8, das 19 às 20h, no webinar gratuito "Como extrair os dados da Petição Inicial por meio da Inteligência Artificial Generativa". ()

## Contencioso Tributário

Participe da "8ª Jornadas de Debates sobre Contencioso Tributário", da Associação Brasileira de Advocacia Tributária - ABAT, de 25 a 27/10, em SP. Inscreva-se! ()

## Especialização

PUC-SP promove o curso de especialização em "Oficina de Tradução: textos da área jurídico-financeira". Inscreva-se! ()

## Consultoria

A consultoria da Radar - Gestão para Advogados oferece a expertise necessária para criar um "Manual de Procedimentos e Rotinas Sob Medida", alinhado às suas necessidades. ()

## Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

GO/Jaraguá

MG/Serra do Salitre

PA/Anajás

PA/Novo Progresso

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"The Elites He Now Targets Gave DeSantis a Leg Up"

The Washington Post - EUA

"Trump's rhetoric is legally thorny"

Le Monde - França

"Le gouvernement envisage des hausses d'impôts"

Corriere Della Sera - Itália

"Salvini difende il generale"

Le Figaro - França

"La course mondiale pour la conquête de la Lune"

Clarín - Argentina

"Meten más presión a las empresas para que acepten el acuerdo de precios"

El País - Espanha

"El PP rechaza el ultimátum de Vox a horas de visitar al Rey"

Público - Portugal

"Marcelo reforça pressão com veto à grande aposta do Governo para 2023"

Die Welt - Alemanha

"Dänemark liefert F-16-Jets an Kiew, Moskau droht"

The Guardian - Inglaterra

"Letby locked up for life over 'sadistic' murder of seven babies"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Exército faz ofensiva para tentar melhorar imagem e prestígio"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Desonerar cesta reduz preço em 5% e custa R\$ 35 bi"

O Globo - Rio de Janeiro

"Crise dos pacotes de viagens flexíveis impacta mercado do turismo no país"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Sequência de erros por trás da tragédia"

Correio Braziliense - Brasília

"Futuro do FCDF vai ser definido esta semana"

Zero Hora - Porto Alegre

"Número de decretos de emergência é recorde no Estado em sete anos"

O Povo - Ceará

"Retomada de projeto traz 3 equipamentos para o Ceará"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Hacker é condenado a 20 anos, e Zambelli vira ré"

## Contra pirataria, Anatel faz pressão sobre grandes plataformas digitais

Moisés Moreira, da Anatel

Conselheiro da Anatel que tem liderado as **iniciativas** contra a **pirataria** no setor audiovisual, Moisés Moreira sinalizou que a agência tem enfrentado pouca colaboração de grandes plataformas de Internet no enfrentamento à distribuição clandestina de conteúdo. Segundo o conselheiro, formas de garantir a colaboração das big techs já estão sendo aplicadas.

Nesta terça-feira, 22, Moreira participou do primeiro dia do **PAYTV** Forum, promovido por **TELETIME** e Telaviva em São Paulo. "Queremos que elas [as grandes plataformas] **nos** ajudem nos bloqueios dos IPs. É o que falta para termos mais sucesso", afirmou Moreira em menção à abordagem para combate à **pirataria** em curso desde fevereiro, e que tem buscado derrubar conteúdos piratas.

Há, contudo, resistências entre as big techs. "Existem gigantes que não vou falar o nome **uma** delas começa com G que a gente tem notificado. Eu já determinei prazo de uma semana para que elas se manifestem e não havendo isso, **vamos** escalar o enforcement, cabendo até judicialização pela agência. Não tem mais o que esperar, então vamos ser mais rigorosos", ameaçou o conselheiro da Anatel.

A menção velada ao Google vai ao encontro de algo já indicado pelas operadoras de TV paga ou o entendimento de que faltaria colaboração de grandes

empresas de tecnologia com o esforço da Anatel de combate aos piratas. Em paralelo, a agência também tem reforçado a fiscalização de marketplaces que vendem produtos como TV boxes irregulares.

Vale notar que desde fevereiro, a iniciativa da reguladora **bloqueou** cerca de 740 endereços de IPs usados pela **pirataria**, com ajuda de 184 operadoras distintas. Além das caixas de IPTV e de serviços irregulares de streaming, a agência também quer derrubar conteúdos em tempo real e para isso conta com convênio firmado com a **Ancine**, mas que ainda depende de especificações por parte desta agência reguladora.

"**Até** pedimos que a Ancine seja um pouco mais célere", relatou Moreira, afirmando que a Anatel enviou em maio para a parceira um plano de trabalho para a execução do projeto. A ideia é que a agência reguladora do audiovisual tenha ferramenta capaz de **chancelar** a legitimidade de conteúdos, abrindo caminho para a derrubada de sites e apps piratas.

Outro elemento que deve ajudar o combate aos contraventores é a abertura, pela Anatel, de um laboratório físico contra **pirataria** em parceria com a Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA). O laboratório, a ser inaugurado no início de setembro, vai facilitar a identificação de conteúdos irregulares pela agência, hoje realizada através de laboratório virtual.

## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria**

3, 4, 9, 19

**ABPI**

5

**Marco regulatório | INPI**

6

**Entidades**

6, 11

**Propriedade Intelectual**

11

**Direitos Autorais**

11

**Propriedade Industrial**

11